



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política.

Sub-eixo: Classe social, etnia/raça e sexo.

Racismo e luta de classes: contribuição para a análise da realidade latino-americana

Cristiane Luiza Sabino de Souza¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo assinalar um giro teórico-metodológico e epistemológico para a investigação da realidade social latino-americana, nas suas múltiplas e conexas contradições, frente às quais as categorias classe e raça, na sua relação dialética e indissociável, expressam relações sociais fundadas por processos históricos demarcados pela invasão colonial e pelo escravismo. Tem como base teórica a crítica à economia política, numa perspectiva latino-americana, realizando a análise crítica de construções teóricas empreendidas no campo das Ciências Sociais sobre a luta de classes na América Latina. Em termos metodológicos, tem um caráter histórico-analítico e a pesquisa bibliográfica foi recurso principal utilizado.

Palavras-chave: Racismo; luta de classes; superexploração; América Latina.

Racism and class struggle: contribution to the analysis of Latin American reality

Abstract: This article aims to point out a theoretical-methodological and epistemological turn for the investigation of Latin American social reality, in its multiple and connected contradictions, against which the categories class and race, in their dialectical and inseparable relationship, express founded social relations by historical processes demarcated by colonial invasion and slavery. Its theoretical basis is the critique of political economy, from a Latin American perspective, performing a critical analysis of theoretical constructions undertaken in the field of Social Sciences on the class struggle in Latin America. In methodological terms, it has a historical-analytical character and bibliographic research was the main resource used.

Keywords: Racism; class struggle; overexploitation; Latin America.

1 Introdução

A análise e a apreensão das relações contraditórias entre capitalistas e trabalhadores exigem situar a realidade concreta na totalidade que engloba a luta entre capital e trabalho no campo e na cidade; demarcando também a reprodução de ideologias de dominação que justificam as desigualdades forjadas desde a formação social, iniciada no escravismo colonial e continuada no capitalismo dependente.

Apreender a complexidade da reprodução da lei geral da acumulação capitalista e sua dinâmica particular na América Latina, que cria e recria processos arcaicos de relações sociais e seus desdobramentos em conflitos, lutas e afirmações é essencial para, coletivamente, conduzirmos uma práxis transformadora. Assim, é necessário o

¹ Doutora em Serviço Social. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: crisabino1@gmail.com.

empreendimento de mais esforços na construção de um acúmulo teórico sobre a realidade latino-americana e os determinantes históricos e estruturais que a conecta à totalidade complexa da reprodução social contraditória sob a égide do capital.

Este artigo é uma síntese da pesquisa desenvolvida no processo de doutoramento (SOUZA, 2019), cuja referência teórica é a crítica à economia política, numa perspectiva latino-americanista, e teve por objetivo a análise crítica de construções teóricas empreendidas no campo das Ciências Sociais sobre a luta de classes na América Latina. Em termos metodológicos, a pesquisa teve um caráter histórico-analítico e pretendeu ir além da descrição da relação entre as categorias teóricas, buscando realizar uma análise que determinasse e explicitasse a natureza dessa relação. A pesquisa bibliográfica foi recurso principal utilizado. Para tal, tomei por base constructos teóricos-históricos que apontam:

1) o *trabalho*, na perspectiva da teoria do valor, de Marx (2013), na sua perspectiva ontológica como práxis humana, cuja determinação social capitalista impõe processos de alienação, transformando-o em meio de extração de valor, sob a propriedade privada dos meios de produção. A separação do trabalhador dos meios de produção e da terra é a base da sociedade burguesa, sob a qual sua força de trabalho se torna uma mercadoria, cujo valor é socialmente determinado pela correlação de forças entre capital x trabalho e pelo desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 2013);

2) o colonialismo e o modo de produção escravista/servil e da *alienação colonial* (FANON, 2008) que demarca a fundação da sociedade moderna sob a negação ontológica dos povos subordinados e explorados; bem como gestou as bases estruturantes do capitalismo dependente, ou seja, a forma da propriedade privada dos meios de produção e da terra e as *classes-raças* proprietárias e não proprietárias. Formas a partir das quais serão determinadas a dinâmica das relações de produção particularizadas pela relação dependência-imperialismo, as quais têm o racismo como *arma de dominação ideológica* fundamental à reprodução do capital (GORENDER, 2016; MOURA, 1994, 2014;).

3) a América Latina e sua condição dependente, referenciada pelas independências formais do século XIX, e particularizada pela relação *sui generis* entre capital e trabalho manifesta na superexploração da força de trabalho; em outras palavras, as relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração

(preço da mercadoria trabalho na condição de alforria aparente) abaixo do valor, dada a subordinação externa e a dominação interna imposta pela relação imperialismo-dependência, sob a qual a transferência de valor às economias dominantes é compensada com uma forma particular de extração de valor (MARINI, 2011).

Assim, busquei explicitar a importância de uma análise da realidade concreta complexa e constituída por múltiplas determinações, para a qual as categorias classe e raça/racismo são determinantes fundamentais, dadas as contradições engendradas desde a invasão colonial e do escravismo. A partir da Teoria do Valor, de Marx, e no diálogo com a Teoria Marxista da Dependência, em especial com as elaborações de Ruy Mauro Marini, traçamos o caminho para a investigação da realidade, avançando para o diálogo com outros autores que têm em suas análises uma apreensão crítica das categorias citadas, como Clóvis Moura, Jacob Gorender, José Carlos Mariátegui, Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, dentre outros, cujas obras nos permite encontrar novos elementos para a apreensão da luta de classes na América Latina.

A síntese apresentada neste artigo se estrutura, além desta introdução e dos apontamentos finais, em três pontos que abordam brevemente os elementos fundamentais para a apreensão da complexidade da luta de classes na América Latina; a relação dialética entre raça e classe como determinação fundante das relações sociais nos territórios demarcados pelo colonialismo e pelo capitalismo dependente; e, por fim, realizamos apontamentos para um giro teórico-metodológico na apreensão da realidade latino-americana que possa ultrapassar as explicações dominantes no âmbito das Ciências Sociais, buscando apreender realidade na sua totalidade complexa e marcada por relações estruturais desiguais desde a invasão colonial, às quais necessitam de urgente transformação.

2 A complexidade da luta de classes na América Latina

A referência, na análise da luta de classes no capitalismo dependente, é a elaboração de Marini (2011), ao decifrar que a relação capital x trabalho na América Latina é mediada pela *superexploração* da força de trabalho. A superexploração revela a dinâmica *sui generis* da produção de valor no capitalismo dependente, expressando a

dialética das relações contraditórias entre nações tecnologicamente mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, na qual a transferência de valor constitui o processo de acumulação do capital e joga formas particulares de extração da riqueza para o processo produtivo.

Entendemos a categoria *superexploração* como chave para a explicitação da dinâmica da dependência, dado o seu grande valor explicativo. Mas, como se espera que seja, no campo das Ciências ou das Teorias, a categoria *superexploração* também não é aceita sem questionamentos. Há muitos debates sobre a formulação marinista, sua validade explicativa, ou sua ampliação para outras realidades etc. Debates muito ricos, que colocarão distintos caminhos, contudo, de todo modo, contribuem para a construção teórica da própria categoria.

A formulação de Marini (2011) nos seus termos fundamentais, a partir da Teoria do Valor, expressa os mecanismos que possibilitam e sustentam a drenagem de riqueza dos países dependentes para os países imperialistas, defendemos que a categoria *superexploração* necessita de mediações possibilitem uma melhor apreensão da sua dialética no território concreto da luta de classes. Ademais, o próprio Marini (2011) demarcou a necessidade de, para além das explicações econômicas sobre o fundamento da dependência, buscarmos, também, elementos políticos e sociológicos que possam explicitá-lo.

Desse modo, ao apropriar da perspectiva de Marini (2011) sobre a *dialética da dependência na América Latina*, consideramos também os processos históricos engendrados pela transição entre o modo de produção escravista colonial (GORENDER, 2016) e o capitalismo dependente (MARINI, 2011; MOURA, 2014), como o período que demarca *o vir a ser* das relações capital x trabalho neste vasto e, ainda, enigmático território. Pretende-se, desse modo, enriquecer o potencial explicativo da própria categoria *superexploração da força de trabalho*, reforçando a validade da mesma para a apreensão da luta de classes na América Latina.

A categoria *superexploração* engendra elementos teóricos que possibilitam apreender a realidade latino-americana sem, necessariamente, como é corrente, compará-la ou tomá-la como uma realidade deslocada ou à margem dos processos globais da acumulação do capital que se demarcam desde a invasão colonial e da *assim chamada*

acumulação primitiva (MARX, 2013), mas como integrante, determinante dialética desses processos. É uma categoria que permite situar os problemas teóricos a partir das manifestações concretas do histórico de luta do território. Ou seja, ao situar a categoria superexploração como expressão do movimento concreto da relação capital x trabalho na América Latina, construídas as devidas mediações, podemos decifrar tais questões pelo que elas se apresentam na realidade e, não, por aquilo que o idealismo e a transposição mecânica de categorias e situações históricas particulares às outras realidades conduzem.

Ao reconhecermos a validade teórica da categoria superexploração (MARINI, 2011) e reivindicarmos uma construção teórica que contribua para uma melhor explicitação dos fundamentos da mesma, aportamos elementos que, tendo em vista o propósito de revelar a particularidade histórica da luta de classes e suas manifestações na sociedade brasileira, pretendem apontar para a dinâmica interna da superexploração, apreendê-la “por dentro”, ou seja, buscar os elementos que compõem a estrutura da sua reprodução social na particularidade do território latino-americano.

Na nossa perspectiva de análise, a superexploração da força de trabalho possui como uma das suas determinações fundantes o racismo, entendido como expressão da alienação colonial (FANON, 2008) e *arma de dominação ideológica* (MOURA, 1994). A desigualdade racial, forjada socialmente desde a invasão colonial e da organização do trabalho a partir de formas servis e escravistas em toda a América, se constitui como determinante particular no processo de exploração da riqueza no capitalismo dependente latino-americano, integra o movimento geral do capital e demarca a luta de classes particular nesse território.

3 A dialética raça e classe: determinações fundantes das relações sociais na América Latina

Um dos autores fundamentais na elaboração de elementos teóricos que nos possibilitam apreender as relações sociais nas sociedades marcadas pelo colonialismo é o martinicano Frantz Fanon (2008). No seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008), síntese de sete anos de pesquisa como psiquiatra, o autor explicita a dinâmica das relações sociais forjadas a partir da dominação colonial, para as quais a opressão racial se apresenta

como determinante. A partir da categoria *alienação colonial*, Fanon (2008) explicita a dinâmica do racismo nos seus aspectos objetivos e subjetivos, materiais e espirituais, conscientes e subconscientes.

A alienação colonial expressa não apenas a situação do negro ou indígena e seus descendentes na sociedade nascida da colonização, expressa esta própria sociedade na sua totalidade, com todos os seus sujeitos – negros, indígenas, brancos etc. Para Fanon (2008), a superação da opressão racial supõe transformações radicais em toda a estrutura social, supõe rupturas com o colonialismo em todas as suas formas continuadas na sociedade onde o modo de produção determinante é o capitalista. Sendo o racismo uma dessas formas, entendemos que também se constitui num complexo de elementos que dá continuidade e, ao mesmo tempo, cria novas determinações ao processo de alienação do trabalho sob o capital.

Neste mesmo sentido, Clóvis Moura (1994; 2014) aponta que na relação de dominação imperialista, fundada desde a colonização e metamorfoseada nas relações entre nações independentes, o racismo se constitui como uma *arma ideológica de dominação*, que busca justificar a drenagem de riquezas das nações dependentes às imperialistas e todas as contradições engendradas deste processo.

Com referência nas elaborações de Clóvis Moura (2014), assim como de Fanon (2008), ambos intelectuais e militantes marxistas, rigorosos no método e na busca pela desmistificação e transformação da realidade, destaco a necessidade de apreender a complexidade das categorias *alienação colonial* e *racismo* na dialética histórica, de modo a apreender suas determinações recriadas pela relação contraditória de produção e apropriação da riqueza no modo de produção capitalista. Em outros termos, é importante compreender a *alienação colonial* e suas manifestações expressas no racismo situadas historicamente, de modo a indagar os modos com que tal alienação se recria/reproduz na *alienação do trabalho* na sociedade capitalista. Entendida esta, simplificada, como a impossibilidade do trabalhador se apropriar da totalidade dos produtos do seu trabalho, determinada no âmbito dos mecanismos de fetichização necessários ao capital para dar a aparência de igualdade nas relações de troca mercantil a que se submete a força de trabalho

Tendo em vista a dialética histórica das relações sociais de produção capitalistas

na América Latina, as quais se tornam hegemônicas após germinarem de um período de 300 anos de organização escravista/servil do trabalho, é necessário problematizar os processos econômicos, políticos e culturais que, intrincados no modo de produção capitalista, apresentam-se como a criação político-ideológica da nação independente, do trabalho livre e da democracia no território latino-americano. Surgem, desta problematização, as seguintes questões:

1) ou quais as formas ideológicas do trabalho (escravo e livre) criadas para/no escravismo colonial se recriam nas relações sociais sob as quais se ancora o modo de produção capitalista, materializadas concretamente pela forma da mercadoria força de trabalho, a partir da condição fetichizada da produção de valor e mistificadas pela forma jurídica-política do capitalismo?

2) como a alienação colonial e os impactos da experiência vivida pelos trabalhadores escravizados impacta na experiência futura, vivida a partir da transição para o trabalho livre – assalariado ou não – e através dele, na forma de alienação tipicamente capitalista?

3) como o processo de “libertação” do negro/indígena escravizados e o “aprisionamento” da terra na forma mercadoria e seu monopólio privado, cria um desencontro histórico na relação social raça/propriedade-da-terra/apropriação do território, a partir da qual se desenvolve a histórica marginalização do negro e do indígena na ocupação territorial, expressa no retrato social dos muitos sem-teto/sem-terra da América Latina?

4) como o racismo molda a estrutura desigual como “normalidade”, ou, em outros termos, como o fetiche da democracia racial oculta as diversas perversidades e as violências contra as populações negras e indígenas?

As questões acima, antes de reivindicarem uma resposta pronta, apresentam-se no intuito de provocar a reflexão, são a síntese do próprio percurso de pesquisa e do giro teórico-metodológico que busca se desvencilhar das perspectivas hegemônicas nas explicações sobre a luta de classes e as relações sociais na América Latina. Ao buscarmos o movimento da realidade concreta, as suas múltiplas e complexas determinações, pretendemos explicitar – em diálogo com os autores de referência, que já iniciaram este percurso - possibilidades de análises da realidade concreta nas quais a relação dialética

exploração-dominação se expressa na indissociabilidade da relação raça-classe no movimento contraditório da produção do valor na América Latina².

No Brasil, por exemplo, estudos do IPEA (2014) mostram que a população negra, apesar de majoritária (52%), é a mais afetada pela: desigualdade de renda; falta de acesso às políticas públicas, com trabalhos mais precarizados; a intensificação da violência contra as mulheres e o encarceramento dos jovens negros. Os povos originários, após séculos de genocídio, de extermínio planejado e de dominação estatal são diretamente impactados pelo racismo. As populações negras e indígenas estão, portanto, imersas às “expressões da questão social”, sendo as que mais sofrem com as múltiplas violências, fruto das contradições do capital no território supracitado.

4 Elementos teórico-metodológicos para a análise das contradições sociais na América Latina.

O processo contínuo e violento de expropriação sob o qual se estrutura a propriedade privada da terra e dos meios de produção se opõe ao direito a ter terra e instrumentos de produção pelos trabalhadores em todo o globo. No capitalismo, os trabalhadores são detentores, apenas, de sua força de trabalho e são forçados para a disciplina da venda da mesma, via trabalho “livre” assalariado, conforme expôs Marx (2013). Como classe trabalhadora, somos, continuamente, submetidos a uma relação de exploração e dominação que narra a trágica trajetória da subsunção real ao capital, mas, em particular aos trabalhadores dos países marcados pela dominação colonialista, também somos submetidos à reprodução continuada da alienação colonial.

O que o colonialismo chamou de civilização foi a negação ontológica dos povos colonizados como forma de racionalizar a pilhagem e a exploração escravista, como

2 Em toda a América Latina e o Caribe, a população negra soma mais de 150 milhões de pessoas, sendo que os países com maior concentração de negros são: Brasil, Colômbia e Venezuela (CEPAL, 2009); e os povos indígenas são cerca de 45 milhões (CEPAL, 2015), sendo Bolívia, Guatemala e Peru os países com maior percentual na sua população, com 62%, 41% e 24% respectivamente. Esta população representa um largo contingente de força de trabalho disponível ao capital à medida que seus territórios e riquezas estão, cada vez mais, na mira do capital financeiro internacional, o qual cumpre, no tempo presente, a continuidade da pilhagem histórica a que é submetida nossa gente.

aponta Fanon (2008). Mas, o que determina a continuidade do racismo, nas suas formas objetivas e subjetivas, numa sociedade em que o modo de produção não é mais o escravismo colonial? Uma simplificação da resposta seria: Frente às modificações nas relações de produção que demarcam a transição ao capitalismo dependente as condições materiais de produção continuaram idênticas às do escravismo colonial o que significou a ratificação do sentido do trabalho e da produção de valor na América Latina fundados pela dominação colonial e continuados sob o imperialismo. Ou seja, os sujeitos inseridos de modo subalterno e dominado no processo de trabalho - negros e indígenas - passam a se constituir fluxo contínuo não apenas de força de trabalho livre de qualquer meio de produção, mas também, como antes, rebaixada social e moralmente, como afirma Mariátegui (1928).

Ludovico Silva (2013) lembra que a ideologia, como distorcida consciência do real, é uma expressão da estrutura social. Contudo, falseia a sua realidade; mas, mesmo assim, é uma expressão das relações sociais. Para Marx e Engels (2007) antes que haja determinada forma de linguagem, de externalização, são necessárias as condições materiais que determinam sua existência. No reino ideológico da *liberdade, igualdade e fraternidade*, o racismo reina passado-presente. Seguindo a acepção de ideologia de Marx e Engels (2007), podemos dizer que, para que haja uma ideologia racista, é necessário que as bases materiais da sociedade se realizem a partir de determinadas desigualdades que buscam justificar-se pela “hierarquia das raças”.

Em síntese, podemos entender que racismo, como *arma ideológica de dominação* (MOURA, 1994), assenta-se na desigualdade real das condições de reprodução da vida à qual são submetidos de forma ainda mais profunda, os trabalhadores negros e indígenas. É a partir destas condições e das contradições que delas emergem que podem se reproduzir qualquer ideia de desigualdade entre os seres humanos.

A transição a um modo de produção capitalista, nos distintos países da América Latina, cada um ao seu tempo, sintetiza complexas relações internas e externas e só pôde se desenvolver de maneira dependente. Internamente, as condições da transição entre os modos de produção, determinadas tanto pelas necessidades das classes dominantes internas, quanto do capital externo, forjaram particulares mediações, que se expressam na continuidade do monopólio da terra e dos meios de produção pela classe dominante e,

consequentemente, das formas de dominação ideológicas mistificadoras da realidade e justificativas da desigualdade, para as quais o racismo estrutura-se como elemento fundamental. Assim, as condições concretas da reprodução social sob a *lei geral da acumulação capitalista* (MARX, 2013) neste território traduzem movimentos nos quais as condições gerais dessa reprodução - propriedade privada dos meios de produção e trabalho livre alienado - sejam dinamizadas, necessariamente, a partir de elementos estruturados sob marca histórica da dominação colonial e do escravismo.

A partir do exposto, demarco, portanto, a centralidade das categorias classe-raça, trabalho-racismo para a análise da realidade latino-americana e aponto para a construção de uma perspectiva de análise, que assentada na teoria crítica, busca apreender os distintos *ritmos, formas e tonalidades* da lei do valor na América Latina. Essa perspectiva depende do entendimento de que para apreender a *alienação do trabalho* no capitalismo dependente é necessário investigar e decifrar a sua relação dialética com as formas recriadas da *alienação colonial*, na reprodução do racismo como ideologia dominante que justifica e normaliza as desigualdades na apropriação da riqueza e dos meios para a sua produção no capitalismo dependente. O que também cria entre a própria classe trabalhadora, níveis de alienação que fetichiza ainda mais sua desigualdade em relação ao capital, à medida que, conforme aponta Lélia Gonzalez, é o capital que reproduz o racismo, mas “a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo ao partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas” (Gonzalez, 1981, p. 62). Para Clóvis Moura:

o problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão colonial e tiveram como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sociorracial - ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo - deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de dominação produziu (MOURA, 2014, p. 183)

É nesse sentido que o estudo da realidade latino-americana, que busca explicitar as contradições nas relações capital x trabalho não pode prescindir de uma profunda

análise da relação categorial classe-raça/trabalho-racismo para explicitar essas contradições.

5 Apontamentos finais

Decifrar e sistematizar categorialmente os elementos histórico-concretos que conformam determinações singulares nas relações sociais contraditórias na formação sócio histórica latino-americana deve ser um objetivo permanente que ultrapassa as sínteses apresentadas neste artigo. Empreender um constructo teórico-metodológico e epistemológico que, efetivamente, relacione classe-raça como determinantes no engendramento da dinâmica contraditória conformada pelas relações sociais latino-americana é, além de uma demarcação no método crítico dialético, um posicionamento político se assenta na realidade concreta fundada na desigualdade de classe, raça e, também, de gênero, e na necessidade de superação da mesma.

Um destaque necessário para o estudo das situações concretas da América Latina é o fato de que se trata de um território uno e diverso, portanto, as análises teóricas sobre ele exigem dois movimentos conexos:

1) considerar a *dinâmica histórica comum*, ou seja, os processos que, sendo determinações da totalidade, demarcam as particularidades desse território e suas épocas históricas - originária, escravista colonial e capitalista dependente - em relação ao desenvolvimento particular de outros modos de produção, de outras regiões. E, de maneira singular para a análise, aquilo que diferencia e interage ou particulariza e universaliza. Em outros termos, sem deixar de demarcar, dialeticamente, as mediações entre totalizações particulares (Konder, 2008) que, na sua simultaneidade e constituição mútua, conduziram a integração dos processos de transição entre modos de produção nas distintas regiões do planeta, cuja objetivação se expressa no desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista globalmente (DUSSEL, 2016; MANDEL, 1975). Ou seja, a unidade latino-americana, no movimento da totalidade, que engloba a acumulação originária de capital, o desenvolvimento do modo de produção capitalista com a divisão internacional do trabalho e o imperialismo, como última fase desse desenvolvimento.

2) apreender as especificidades dessas épocas históricas, a partir dos processos particulares dentro de cada país da região, definidos enquanto tal pelos processos coloniais e pelas Independências nacionais - o que já significa uma demarcação teórico-metodológico para as épocas históricas engendradas pós invasão colonial. Assim, registro, ainda, o necessário reconhecimento das distinções entre os modos de produção pré-capitalistas na América Latina, em termos de relações de trabalho - escravidão, servidão, semi-livre, livre e/ou assalariado - e suas implicações nas próprias contradições internas desses modos de produção em cada território particular. Devemos considerar, portanto, que processos que estruturaram a produção de riqueza nos territórios invadidos/colonizados, marcaram modos de produção que reproduziram relações sociais de produção baseadas no trabalho forçado. No entanto, as formas de organização do trabalho e da força de trabalho obedeceram a distintas formas. Os processos posteriores de transição e desenvolvimento das relações de produção capitalistas dependentes, apresentam especificidades, que, para a compreensão da dinâmica interna de cada país, precisam ser levadas em consideração. Nessas especificidades, demarca-se o que Vânia Vânia Bambirra (2013) classificou como “tipos de desenvolvimento”, evidenciando suas distinções dentro do processo dependente e desigual.

Neste artigo, apresentamos a síntese de um estudo que se propôs à elaboração de elementos histórico-categoriais para o estudo da luta de classes na América Latina a partir de um giro teórico-metodológico no sentido de decifrar e expor categorias teóricas que permitam apreender a particularidade histórica da América Latina. Assinalamos que relação dialética das categorias trabalho-racismo, possibilita novos sentidos ao que se define, hegemonicamente, como luta de classes, sentidos esses reconhecem a complexidade particular de luta na América Latina. É, portanto, uma construção que se coloca em diálogo e debate com as produções teóricas fundadas na crítica da economia política, entendendo que ela, também, é histórica e socialmente determinada, isto é, móvel e em constante reelaboração.

Demarcamos que o giro que se apresenta em termos teórico-metodológicos e epistêmicos não é aleatório, antes, é fruto da conjuntura manifesta das contradições sociais. Entendemos que é do resultado histórico da luta de classes que emerge a necessidade de recolocar e rever as formas de análise da realidade. Assim como os autores

de referência elaboraram outras perspectivas de análise a partir da conjuntura que se apresentava nos seus distintos tempos históricos, como é o giro realizado por Clóvis Moura, na década de 1940, ao situar a luta dos escravos como elemento fundamental para a análise das lutas; Ruy Mauro Marini e os demais teóricos marxistas da dependência nas décadas de 1960/70 ao buscar a processualidade da lei do valor nas particularidades latino-americanas; Jacob Gorender ao enfrentar o esquema fechado e supra-histórico de análise dos modos de produção e reivindicar novos elementos para a análise marxista dos processos históricos.

Na conjuntura atual e sendo parte de uma geração que herda a carga histórica de uma falência teórica, principalmente pela vitoriosa ascensão neoliberal na década de 1980, o giro que se apresenta reflete a necessidade de enfrentar a realidade aberta pelo brutal aprofundamento da crise estrutural do capital que acentua a superexploração da força de trabalho e todos os mecanismos de dominação sobre as nações dependentes. Nesta conjuntura, a depredação dos territórios e suas gentes abrem ainda mais as lacunas da desigualdade e da opressão, num processo onde a produção do valor, sob o capital profundamente financeirizado, dispensa mediações e consensos, avança sobre as fronteiras políticas dos Estados nacionais, põe em xeque a democracia burguesa e revela um modo de produção de riqueza que agoniza e junto de si põe sob ameaça todas as formas de vida do planeta.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) **Afrodescendientes en América Latina y el Caribe: del reconocimiento estadístico a la realización de derechos**. Serie Población y desarrollo No 87. Santiago de Chile, febrero de 2009.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **Os Povos Indígenas na América Latina Avanços na última década e desafios pendentos para a garantia de seus direitos**. Santiago, Chile, Fevereiro de 2015

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**. vol.31 no.1 Brasília Jan./Apr. 2016.

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008. P.194
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p 223-244.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**.--6ed. --São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado** – Brasília : IPEA, 2014. 115 p. : il., gráfs. color.
- KONDER, Leandro: **O que é dialética?**. 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs.) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Lima. 1928. Disponível em: <http://ekeko2.rcp.net.pe/7ENSAYOS/ENSAYOS/Indice.htm>. Consulta 25 de nov. 2017
- MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOURA, Clóvis. **A sociologia posta em questão**. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo- SP, 1978.
- _____. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**. 1994. edição 34, ago/set/out, 1994, páginas 28-38
- SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013.
- SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. **Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019. 265 p.